

Dívida Externa

Clube de Paris:

22. JAN 1987

alívio e presságios.

No mar de incertezas a que foi lançada a economia brasileira depois do insucesso do Plano Cruzado, o acordo do País com os credores reunidos no Clube de Paris, para o reescalonamento de US\$ 4,1 bilhões referentes a compromissos vencidos ou a vencer no primeiro semestre deste ano, é um acontecimento auspicioso, pois certamente contribui, e muito, para reduzir o nível de tensão existente no mundo dos negócios, em virtude das indefinições da política econômica. Pelo menos, agora se sabe com segurança, as coisas começam a caminhar relativamente bem no setor externo, graças a esse gesto de boa vontade dos 16 credores oficiais (bancos governamentais) do Brasil, que abre caminho para a renegociação da parte mais importante do nosso endividamento externo, que é aquela contraída junto aos bancos comerciais privados.

No entanto, é preciso deixar claro que essa negociação com os países do Clube de Paris — a mais longa e mais difícil já realizada pelo País com esse organismo informal, conforme relata nosso correspondente na capital francesa — deu bem idéia dos problemas que os representantes do governo brasileiro deverão encontrar nas próximas conversações com o comitê de bancos credores (privados). Apesar de ter conseguido chegar a um acordo relativamente satisfatório para reprogramar cerca da metade da dívida contratada com organismos oficiais de crédito, sem ter firmado um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), foram necessárias longas horas de discussões a portas fechadas para dobrar a resistência de alguns países, já que a deterioração de nossa posição externa não constitui segredo e muito menos a irresponsável campanha apoiada pelas lideranças políticas do PMDB e da Central Única dos Trabalhadores, o braço sindical do PT, para que o Brasil declare uma moratória unilateral.

Na verdade, temos a impressão de que os representantes dos países-membros do Clube de Paris foram instruídos por seus governos a aceitar a maior parte do pedido brasileiro para não alimentar a baderna promovida pelos radicais que, sem ter a menor idéia das terríveis consequências de sua pregação leviana, tentam empurrar o governo para uma indesejável confrontação com os credores. Em outras palavras, a decisão de reescalonar os compromissos do País também foi inspirada por considerações de ordem política. Apesar dessa atitude realista, os membros do Clube insistiram na avaliação anual, pelo FMI, do desempenho da economia brasileira.

O desfecho positivo das negociações com os credores oficiais, além de pôr em marcha o processo de reescalonamento das obrigações junto aos bancos privados, também significa o desbloqueio de outras operações de crédito que o governo já vinha tratando com instituições governamentais e internacionais, entre elas US\$ 350 milhões, com o Eximbank do Japão e o Fundo Nôrdico; US\$ 300 milhões, do Banco Interamericano de Desenvolvimento; e US\$ 50 milhões, do Fundo Saudita. Essas operações representam o reinício do fluxo de recursos dessas instituições para o Brasil.

No entanto, não se exclui a possibilidade de que o País seja obrigado a renegociar com o Clube de Paris cerca de US\$ 500 milhões, a vencerem no segundo semestre deste ano, porque os representantes dos países-membros não aprovaram o pedido brasileiro de incluir esse valor no acordo de ontem, que engloba o reescalonamento de US\$ 3,3 bilhões, correspondentes ao principal da dívida, vencido em 1985 e 1986, mais US\$ 450 milhões, referentes ao principal a vencer no primeiro semestre de 1987 e ainda US\$ 384 milhões, relativos a juros de mora. O pagamento das parcelas do principal será feito em seis anos, com três anos de carência e os juros de mora vencerão em três parcelas semestrais, a partir de junho de 1988.

O fato de o Clube de Paris não ter aprovado o pedido de renegociação da parcela da dívida a vencer no segundo semestre deste ano foi motivado, como admite o próprio negociador brasileiro, embaixador Álvaro Alencar, pela queda do superávit comercial e pela diminuição das reservas internacionais do País. Embora reconhecendo as dificuldades criadas por essa delicada situação de nossas contas externas, o representante do Brasil — e com ele todo o governo — manifesta sua confiança no êxito das negociações com os bancos privados, apesar dos rumores de que os credores somente concederão dinheiro novo se houver acordo com o FMI e da crescente incompatibilidade entre o PMDB e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, visto como um guardião da ortodoxia.

Infelizmente, apesar de estarmos convencidos de que o acordo alcançado em Paris representa um marco positivo, não temos dúvidas de que a negociação com os credores privados será longa e complexa, por várias razões, entre elas o fato de que o presidente Sarney não deseja abrir mão do crescimento econômico por algum tempo, como provavelmente nos recomendariam os economistas do FMI, a fim de tornar viável uma recuperação dos saldos comerciais e das reservas externas, e nem parece disposto a promover o indispensável corte nos gastos do governo.

Mas também não podemos deixar de considerar que os credores, por mais descontentes que estejam com o populismo do governo, estão interessados em evitar o mal maior, isto é, fazer tudo o que estiver a seu alcance para chegar a um acordo satisfatório para ambos os lados, pois do contrário estariam fornecendo elementos para a radicalização do problema do endividamento externo e para a inevitável ação deletéria dos grupos políticos empenhados em empurrar o governo para posições mais à esquerda, particularmente neste ano da Constituinte. Por esse motivo, acreditamos que as autoridades econômicas devem ter a máxima cautela e deixar bem claro que o governo brasileiro não pactua com esses setores mais obscuros da política nacional e, ao mesmo tempo, dar provas de que busca, com racionalidade e franqueza, um entendimento de alto nível, maduro e responsável.